EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO 09.002/2026-PQ

O Município de Guaiúba - CE, através da Secretaria de Infraestrutura e Habitação, torna público que realizará a Pré-Qualificação das empresas interessadas em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 09.002/2026-CE,** cujo objeto destina-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE.**

Os documentos deverão ser enviados para o endereço eletrônico **licitacao@guaiuba.ce.gov.br** ou enviados por via postal para o seguinte endereço: Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Bairro Centro, Guaiúba – CE.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: A partir do dia 22 de junho de 2026.

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: Tribunal de Contas do Estado do Ceará: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

1. PREÂMBULO

EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO 09.002/2026-PQ

O Município de Guaiúba-CE, através da Secretaria de Infraestrutura e Habitação torna público que realizará a Pré-Qualificação das empresas interessadas em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 09.002/2026-CE,** cujo objeto destina-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE.**

Os documentos deverão ser enviados para o endereço eletrônico **licitacao@guaiuba.ce.gov.br** ou enviados por via postal para o seguinte endereço: Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Bairro Centro, Guaiúba – CE.

CRONOGRAMA:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: A partir do dia 22 de junho de 2026 (15 dias úteis);
FIM DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: Até dia 14 de julho de 2026.
DIVULGAÇÃO DOS LICITANTES PRÉ-QUALIFICADOS: 29 de julho de 2026 (10 dias úteis);
ABERTURA DO PRAZO RECURSAL: 30 de julho de 2026.
DIVULGAÇÃO DE RECURSOS APRESENTADOS: 05 de agosto de 2026.
ABERTURA DO PRAZO DE CONTRARRAZÕES: 06 de agosto de 2026.
DATA LIMITE PARA PUBLICAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS: 31 de agosto de 2026 (13 dias úteis).

A justificativa para a utilização do cronograma apresentado no processo de pré-qualificação é fundamentada com base nos requisitos legais e nos princípios de competitividade e eficiência, que orientam as licitações públicas, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021 e pelas orientações jurisprudenciais do Tribunal de Contas da União, conforme transcrevemos a seguir:

O período estipulado para o recebimento dos documentos atende aos princípios de isonomia e ampla participação, assegurando tempo suficiente para que os interessados preparem e submetam sua documentação. Conforme orientado pelo TCU, prazos muito curtos podem impedir a participação de potenciais interessados e comprometer a seleção da proposta mais vantajosa (**Orientações e Jurisprudência do TCU sobre**

Licitações e Contratos - 5ª Edição: 621). Outrossim, a realização da concorrência após o julgamento dos recursos permite que todas as questões sejam resolvidas com suficiente antecedência, garantindo que todos os participantes estejam em igualdade de condições no momento da licitação, conforme princípios de isonomia, competitividade e eficiência, estabelecidos na **Lei 14.133/2021**.

Portanto, os prazos do cronograma proposto parecem razoavelmente justificados pela necessidade de garantir um processo equitativo, transparente e eficiente. No entanto, recomenda-se sempre estar atento às eventuais particularidades do processo que possam requerer adaptações no cronograma para melhor atender aos objetivos do certame e às necessidades da Administração Pública, de acordo com as circunstâncias específicas e observando os princípios legais vigentes.

Por fim, é essencial observar que a pré-qualificação, ao definir prazos insuficientes ou critérios não alinhados à necessidade específica da contratação futura, riscos como **restrição indevida da competitividade**, podendo resultar em anulação do certame ou contratação a preços elevados, conforme alertado na orientação normativa do TCU (Orientações e Jurisprudência do TCU sobre Licitações e Contratos - 5ª Edição: 624).

Os Licitantes interessados em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 09.002/2026 - CE** com o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, deverão estar pré-qualificados, nos termos do presente edital.

Caso haja atraso no atual cronograma, a sessão pública será temporariamente interrompida, sendo exigido que todos os licitantes pré-qualificados, bem como aqueles que aguardam o desfecho do julgamento de recurso, submetam suas propostas na plataforma eletrônica em conformidade com as disposições do edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 09.002/2026 - CE.**

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: Tribunal de Contas do Estado do Ceará: www.tce.ce.gov.br/licitacoes; Portal da Transparência do Município de Guaiúba-CE ou pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Informamos que pedidos de **esclarecimento, impugnações ou qualquer tipo de informação** sobre a pré-qualificação deve ser enviada para o e-mail: licitacao@guaiuba.ce.gov.br. Os meios citados são apenas veículos de divulgação do edital.

2. COMPOSIÇÃO DO EDITAL

O Edital é composto de duas partes:

a) Edital de Pré-qualificação: Documento destinado à análise das condições de qualificação técnica dos interessados.
b) Termo de Referência: Documento necessário para a contratação de bens e serviços.

3. OBJETO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

3.1. Constitui objeto desta Pré-qualificação a seleção de empresas especializadas na **PRÉ-QUALIFICAÇÃO VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE,** cujo detalhamento se encontra inserido no Anexo I – Termo de Referência, que é parte integrante deste Edital.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas de contratações decorrentes desta Pré-qualificação, serão cobertas por meio da dotação orçamentária:

ÓRGÃO	0901 Secretaria de Infra-Estrutura e Habitação
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	0901 Secretaria de Infra-Estrutura e Habitação
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	15 452 0018 1.044 - Ampliação da rede de abastecimento d`água.
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51.00 - Obras e instalações.
FONTE DE RECURSO	1700000000

5. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta pré-qualificação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto e atenderem a todas as demais exigências contidas neste edital.
5.2. Não poderão participar da presente pré-qualificação:

5.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

5.2.2. Consórcio Nacionais ou estrangeiras, isoladamente, ou empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas as de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
5.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
5.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
5.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6. PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1. A Documentação requerida nos itens seguintes deverá ser apresentada em 1 (uma) via, para qualificação técnica.
6.2. Os documentos de **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** deverão ser apresentados na língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou sobrescritos, paginadas, datadas e assinadas.
6.3. Os documentos deverão ser enviados para o endereço eletrônico **licitacao@guaiuba.ce.gov.br**.
6.4. Os documentos poderão ser enviados por via postal para o seguinte endereço: Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiúba – CE.
6.4.1. Quando a documentação for encaminhada por via postal, o Proponente assume inteira responsabilidade pela ocorrência de atraso, desvio ou danificação dos mesmos. No caso de eventual recebimento de documentação fora do prazo estipulado neste Edital, os envelopes serão devolvidos devidamente fechados.
6.5. Os documentos enviados por via postal deverão estar dentro do prazo de vigência da validade e poderão ser apresentados:
a) em original;
b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente;
c) em cópia simples ou original;
d) por publicação em órgão da imprensa oficial.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.7 A documentação deverá ser a constante no Termo de Referência anexo deste edital.

7.8 Admite-se apresentação de documentos com assinatura eletrônica avançada (GOV.BR) ou assinatura eletrônica qualificada que utilize certificado digital nos termos da Lei 14.063/2020.

7.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10 Deverá, ainda, ser apresentada declaração que concorda com os termos do presente edital, conforme modelo anexo.

7.11 A Pré-Qualificação das Proponentes será realizada com base na apresentação de documentos obrigatórios exigidos para efeito de qualificação deste Edital.

7.12 A sistemática de avaliação a ser aplicada para a qualificação técnica das Proponentes, consistirá na verificação do atendimento de todos os itens obrigatórios, conforme exigências neste Edital.

7.13 A Proponente que deixar de apresentar a documentação de qualificação técnica exigida no presente Edital será automaticamente inabilitada, não se admitindo, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para a complementação desses documentos.

8. PROCEDIMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO

8.1. A Documentação especificada neste Edital constitui parte integrante do processo de **PRÉ-QUALIFICAÇÃO.**

9. JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. A análise da documentação de qualificação da documentação para avaliação técnica, será realizada pelo agente de contratação.

9.2. A documentação deverá definir claramente para quais lotes a Proponente está se candidatando, quando for o caso.

9.3. Serão Pré-qualificadas todas as Proponentes que atenderem a todos os itens obrigatórios no Edital.

10. PRAZOS

10.1. O exame dos documentos deverá ser feito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo o agente ou a comissão de contratação determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, com vistas à ampliação da competição.

10.2. O certificado de **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** terá vigência de 01 (um) ano.

10.2.1. O prazo de validade da presente **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** não será superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I- recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação do resultado em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado.

11.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

11.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. Os recursos deverão ser acompanhados de documentação comprobatória que demonstre a representatividade do representante legal que assinou os mesmos.

11.6. Os recursos deverão ser enviados na Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiúba – CE, dentro do horário (08h00min às 14h:00min) ou pelo e-mail: licitacao@guaiuba.ce.gov.br.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO:

12.1. Qualquer pessoa pode impugnar este edital de pré-qualificação por irregularidade na aplicação da lei ou para pedir esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de final prevista para recebimento dos documentos (art. 164 da Lei nº 14.133/2021) e deverão ser enviados na Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiúba – CE, dentro do horário (08h00min às 14h:00min) ou pelo e-mail: licitacao@guaiuba.ce.gov.br

12.1.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Agente de contratação ou Comissão de Contratação, por meio eletrônico.

12.1.2. A impugnação deverá estar subscrita e acompanhada da documentação do impugnante, sendo CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, ou de CNPJ e ato constitutivo, se pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como da procuração e outros documentos que comprovem que o signatário possui poderes de representação, se o caso.

12.1.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.2. Caberá à Comissão de Contratação, auxiliado pelos responsáveis requisitantes pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação.

12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A Comissão de Contratação rejeitará a documentação que seja apresentada em desacordo com as exigências do Edital.

13.2. A Prefeitura reserva-se o direito de revogar ou anular, cancelar ou transferir no todo ou em parte, a presente Pré-qualificação, por conveniência administrativa ou por ilegalidade, sem que às Proponentes caiba direito a reclamação ou pedido de indenização de qualquer espécie.

13.3. Reserva-se a Prefeitura o direito de, em qualquer fase desta Pré-qualificação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente do processo licitatório.

13.4. A Proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e da Documentação apresentada, podendo a Comissão de Contratação inabilitá-la, caso seja constatada a ocorrência de imprecisão ou falsidade das informações e/ou da Documentação apresentada.

13.5. Não será permitido a qualquer Proponente solicitar a retirada dos envelopes de Documentação ou de qualquer documento, após a sua entrega.

13.6. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação.

13.7. O resultado da Pré-Qualificação será divulgado gratuitamente através dos sites: Tribunal de Contas do Estado do Ceará: www.tce.ce.gov.br/licitacoes; Portal da Transparência do Município de Guaiúba-CE ou pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Guaiúba/CE, 18 de junho de 2026.

JOSE WELLINGTON DE MELO GONCALVES JUNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09.002/2026-PQ

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA INTEGRAL COM OS TERMOS DO EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO

[Local e data]

À Prefeitura Municipal de _____

Ref. Edital de Pré-Qualificação nº [número]

Prezados Senhores,

Nós, [nome do licitante ou representante legal], inscritos no CNPJ sob o nº [número do CNPJ] e com sede à [endereço completo da sede], por meio deste, declaramos para os devidos fins de direito, que:

1. Recebemos e examinamos todos os documentos relativos ao Edital de Pré-Qualificação supracitado.
2. Concordamos integralmente com todos os termos, condições e especificações contidas no Edital de Pré-Qualificação nº _____ e seus anexos.
3. Comprometemo-nos a respeitar todas as disposições e cumprir fielmente os requisitos estabelecidos no Edital de Pré-Qualificação, bem como em todos os documentos referentes ao mesmo, sem exceção.
4. Estamos cientes de que qualquer falsidade declarativa nos sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, inclusive quanto às penalidades e responsabilidades decorrentes (Lei nº 14.133, de 2021).

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

[Assinatura do responsável legal]
[Nome do responsável legal]
[Número da identidade ou outro documento de identificação]
[Nome do licitante ou empresa]

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09.002/2026-PQ

1. OBJETO

1.1 **PRÉ-QUALIFICAÇÃO VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço e obra.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.

1.5. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o acesso regular e seguro à água potável para a população residente em diversas localidades do Município de Guaiúba/CE, especialmente em comunidades que atualmente enfrentam dificuldades no abastecimento hídrico, seja pela inexistência de sistemas adequados, seja pela insuficiência da infraestrutura existente.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se imprescindível para viabilizar a implantação dos sistemas de abastecimento de água, atendendo ao interesse público e promovendo melhorias significativas na qualidade de vida da população do Município de Guaiúba/CE.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços, objeto deste Projeto Básico deverá obedecer às pertinentes normas, critérios e parâmetros técnicos de qualidade estabelecidos na composição do competente Edital, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e os dispositivos da legislação complementar pertinente, bem como pelos preceitos de direito público e privado e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A descrição da solução está descrita no Estudo Técnico Preliminar

5. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DA CONTRATADA

5.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, além de obras a serem contratados mediante licitação, na modalidade concorrência tipo menor preço.

5.2. A execução do Contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar pessoal habilitado e com experiência comprovada fornecendo ao CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da execução dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;

e) Responder perante a CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

f) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;

g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao CONTRATANTE;

h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;

i) Responder pecuniariamente por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, município ou terceiros decorrentes da prestação de serviços;
j) Respeitar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
k) Responsabilizar se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
l) Responsabilizar se perante aos órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
m) Manter durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
n) Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO;
o) Colocar no local de execução dos serviços como residente um Engenheiro com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados, inclusive para que sejam emitidas as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica ART's, devendo seu nome ser submetido à aprovação da CONTRATANTE, após a assinatura do Contrato.
6.2. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer das condições especiais da prestação dos serviços e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:
a) Prestar os serviços de acordo com os Projetos básicos e seus complementos;
b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
c) Responsabilizar se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
d) Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª (primeira) medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Gerenciamento de Riscos PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;
e) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;

f) Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;
g) Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio digital;
h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos em lei.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço;
7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;
7.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
7.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
7.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
7.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
7.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
7.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
7.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
7.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
7.12. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
7.13. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/21 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
8.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
8.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
8.8. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
8.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
8.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
8.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
8.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
8.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
8.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
8.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
8.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
8.20. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
8.21. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
8.22. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitários, elétricas e de comunicação.
8.23. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis n. 6.496/77);

8.24. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
8.25. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
8.26. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
8.27. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
8.28. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
8.29. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
8.30. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados;

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na seguinte condição:
9.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
9.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais Fiscais de Contrato, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Fiscal de Contrato deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

11.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.6. O Fiscal de Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 155, incisos I, II e III da Lei nº 14.133, de 2021.

11.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
11.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
11.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
11.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
11.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
11.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
11.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021

12. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. O objeto desta Licitação será recebido:
a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação da CONTRATADA;
b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, designada pelo CONTRATANTE, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto na Lei nº 14.133/21
12.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

12.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.4.1. o prazo de validade;

13.4.2. a data da emissão;

13.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

13.4.4. o período de prestação dos serviços;

13.4.5. o valor a pagar; e

13.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.6.1. não produziu os resultados acordados;

13.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

13.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.8. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

13.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data base do orçamento de referência.

14.2. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação dos índices constantes do "INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMICA" (Índice Nacional da Construção Civil – INCC) editada pela Fundação Getúlio Vargas.

14.3. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V\left[\frac{I - I_o}{I_0}\right]$$

Onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;
Io = Índice inicial - refere-se ao mês da apresentação da proposta;
I = Índice final - refere-se ao mês de aniversário anual da proposta.

14.3.1. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

15.1. Esse item trata das situações excepcionais, denominadas de "Força Maior", para efeitos de exclusão das responsabilidades da CONTRATADA.

15.2 Motivos de Força Maior

15.2.1 São considerados motivos de "Força Maior", para os efeitos de exclusão de responsabilidade, os eventos excepcionais, aleatórios, imprevisíveis não dominâveis no plano tecnológico, colocando a CONTRATADA na impossibilidade de assumir em parte ou na sua totalidade os seus compromissos contratuais, tais como: greves, enchentes, incêndios, catástrofes naturais, atentados, revolução, guerra e outros de mesma natureza e proporção.

15.2.2 Na ocasião de tais acontecimentos, a CONTRATADA, deverá tomar junto com a PREFEITURA, todas as medidas necessárias para evitar uma parada definitiva dos serviços.

15.2.3 Poderão ser fixadas novas condições contratuais adaptadas as circunstâncias criadas pelo caso de "Força Maior". Nessas situações as penalidades previstas neste Contrato não são aplicáveis.

15.2.4 No caso de greves de empregados/servidores da CONTRATADA ou da PREFEITURA, estas deverão tomar as medidas que forem necessárias para a normalização dos serviços em no máximo cinco dias, não sendo imputável por qualquer das partes ônus adicional à outra.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. Multa de:

16.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar,

nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

16.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

16.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
16.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Municipal e cobrados judicialmente.
16.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
16.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17. VALOR ESTIMADO

17.1. O valor total estimado dos serviços é **R$ 1.129.889,10 (um milhão cento e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e nove reais e dez centavos).**
17.2. Nos preços estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, materiais, EPI´s, EPC's, alimentação, transporte, lucro, tributos e taxas, assim como quaisquer outras que incidirem de forma direta ou indiretamente à necessária e perfeita execução dos serviços objeto do presente Projeto Básico.

18. PRAZOS

18.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses corridos, contados a partir da publicação do respectivo.
18.2. O prazo de execução será de 03 (três)meses conforme cronograma físico financeiro.

19. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Dotação Orçamentária: 0901 15 452 0018 1.044 - Ampliação da rede de abastecimento d`água. Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e instalações. Fonte de Recursos: 1700000000.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

a.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
a.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
a.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
a.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
a.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
a.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
a.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
a.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).
b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).
b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação Econômico-Financeira
c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem)
c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.
c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

d. Qualificação Técnica
d.1.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
d.1.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação
d.1.3 Prova de **inscrição ou registro da LICITANTE junto ao Conselho profissional competente**, quando for o caso, da localidade da sede da PROPONENTE, em plena validade.
d.1.4 Atestado e/ou certidão e/ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito, público ou privado, que demonstrem **capacidade operacional** na execução de serviços similares ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, e **cuja(s) parcela(s) de maior relevância técnica,** tenha(m) sido**:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	TUBO PVC SOLD. MARRON INCL. CONEXÕES	M	818,75
02	RESERVATÓRIO EM ANÉIS PRE-MOLDADOS DE CONCRETO	UN	1,00

d.1.5 Para efeito de comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa licitante, os serviços mencionados deverão ter sido executados, integralmente.
d.2) A exigência de atestados é restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
d.3) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
d.4) Não será admitida a apresentação de Atestado ou Declaração em nome de empresas subcontratadas. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e/ou no cartão do CNPJ onde consta a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.
d.5) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
d.5.1) Comprovação da PROPONENTE possuir como **Responsável(is) Técnico(s)** ou em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo Conselho profissional competente detentor(es) de **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO**, que comprove a execução de obras de características técnicas similares às do objeto da presente licitação em:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND
01	TUBO PVC SOLD. MARRON INCL. CONEXÕES	M
02	RESERVATÓRIO EM ANÉIS PRE-MOLDADOS DE CONCRETO	UN

f) No caso de o profissional de nível superior detentor da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO não constar da relação de responsáveis técnicos junto ao CREA e/ou CAU, **o acervo do profissional será aceito, desde que ele demonstre ser pertencente ao quadro permanente da empresa**.

g) Entende-se, para fins deste EDITAL, como pertencente ao quadro permanente:

g.1) O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "**ficha ou livro de registro de empregado" ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.**

g.2) Comprovação da **participação societária**, no caso de sócio, através de cópia do Contrato Social.

g.3) Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de **contrato de prestação de serviços**, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou através de declaração de contratação futura acompanhado de anuência deste (Acórdão 1446/2015 Plenário).

h) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, observado o art. 160 e § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

i) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

j) O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A presente contratação decorre da necessidade de implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades do Município de Guaiúba/CE, visando garantir o acesso regular, contínuo e seguro à água potável para a população atendida. Atualmente, algumas comunidades enfrentam dificuldades relacionadas à insuficiência ou à inexistência de infraestrutura adequada para captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água, situação que compromete as condições de saúde, higiene, bem-estar e qualidade de vida dos moradores.

O acesso à água potável constitui um serviço público essencial e um dos pilares fundamentais para a promoção da saúde pública, do desenvolvimento social e da dignidade humana. A ausência ou precariedade dos sistemas de abastecimento obriga muitas famílias a recorrerem a fontes alternativas de qualidade incerta ou a dependerem de soluções temporárias, como o abastecimento por carros-pipa, o que não assegura a regularidade necessária para atender às demandas diárias da população.

Nesse contexto, a implantação de sistemas de abastecimento de água mostra-se indispensável para reduzir a vulnerabilidade hídrica das comunidades beneficiadas, proporcionando maior segurança no fornecimento, especialmente durante os períodos de estiagem característicos da região. Além disso, a disponibilização de água em quantidade e qualidade adequadas contribui para a prevenção de doenças de veiculação hídrica, fortalece as condições sanitárias das residências e promove melhorias significativas nos indicadores de saúde e qualidade de vida da população.

A contratação de empresa especializada faz-se necessária em razão da complexidade técnica envolvida na execução dos serviços, que demandam conhecimento específico, mão de obra qualificada, equipamentos apropriados e observância às normas técnicas e ambientais aplicáveis. A solução contempla a execução das estruturas necessárias para captação, adução, reservação, tratamento e distribuição da água, garantindo a funcionalidade e a eficiência do sistema a ser implantado.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, estando alinhada às diretrizes do saneamento básico e às políticas públicas voltadas à universalização do acesso à água, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e ambiental das localidades contempladas, bem como para a melhoria das condições de vida da população do Município de Guaiúba/CE.

2. Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual

A presente contratação está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 do município de Guaiúba/CE, sob o ID de item n° 112. Essa previsão está alinhada às prioridades estabelecidas pelo planejamento estratégico municipal, demonstrando o compromisso da Administração Pública em atender às necessidades de infraestrutura urbana.

3. Requisitos da Contratação

Para a adequada execução da contratação de empresa especializada para implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades do Município de Guaiúba/CE, a futura contratada deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de sustentabilidade abaixo estabelecidos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

Requisitos Técnicos e Operacionais

- Executar os serviços de implantação do sistema de abastecimento de água, compreendendo todas as etapas necessárias à sua plena operacionalização, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada, transporte, instalação, testes e demais insumos indispensáveis à perfeita execução do objeto.
- Executar os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovados pela Administração.
- Fornecer e instalar equipamentos, tubulações, conexões, reservatórios, sistemas de captação, adução, distribuição e demais componentes necessários ao funcionamento adequado do sistema de abastecimento de água.
- Garantir que todos os materiais e equipamentos utilizados sejam compatíveis com as normas técnicas vigentes, possuam qualidade comprovada e sejam adequados às condições operacionais e ambientais das localidades atendidas.
- Assegurar a integração entre as unidades do sistema, garantindo eficiência operacional, continuidade do abastecimento e segurança na distribuição da água.
- Realizar testes hidráulicos, operacionais e de estanqueidade, bem como os ajustes necessários para assegurar o perfeito funcionamento do sistema antes da entrega definitiva da obra.
- Promover a recuperação das áreas eventualmente afetadas pela execução dos serviços, observando as condições originais ou aquelas definidas nos projetos e licenças aplicáveis.

Requisitos de Qualificação da Contratada

- Comprovar capacidade técnico-operacional por meio de atestados que demonstrem experiência compatível com a execução de obras e serviços de implantação, ampliação ou manutenção de sistemas de abastecimento de água ou obras de saneamento de características semelhantes ao objeto da contratação.
- Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por profissionais legalmente habilitados e devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais, responsáveis pela execução, acompanhamento e supervisão dos serviços.
- Manter responsável técnico formalmente designado durante toda a execução contratual, com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, conforme aplicável.

Requisitos de Segurança e Qualidade

- Observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho e de saúde ocupacional aplicáveis às atividades desenvolvidas, responsabilizando-se integralmente pela proteção de seus trabalhadores e de terceiros.

- Adotar medidas preventivas para minimizar riscos de acidentes durante as atividades de escavação, movimentação de solo, instalação de tubulações, montagem de estruturas e operação de equipamentos.
- Garantir a qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, responsabilizando-se pela correção de defeitos, falhas ou inconformidades identificadas durante a execução ou no período de garantia.
- Assegurar que todos os materiais, equipamentos e componentes fornecidos sejam novos, de primeiro uso, e atendam às especificações técnicas estabelecidas pela Administração.

Requisitos Ambientais e de Sustentabilidade

- Executar os serviços em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as condicionantes eventualmente estabelecidas pelos órgãos competentes.
- Adotar práticas que promovam o uso racional dos recursos naturais e a redução dos impactos ambientais decorrentes da execução da obra.
- Proceder ao gerenciamento e descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, observando a legislação aplicável.
- Priorizar, sempre que tecnicamente viável, materiais, equipamentos e métodos construtivos que contribuam para a eficiência energética, a conservação dos recursos hídricos e a sustentabilidade ambiental.

Requisitos de Prazo, Garantia e Assistência Técnica

- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração, adotando todas as medidas necessárias para assegurar a conclusão tempestiva do objeto.
- Oferecer garantia dos serviços executados, materiais aplicados e equipamentos instalados, nos termos da legislação vigente e das especificações técnicas do projeto.
- Prestar assistência técnica durante o período de garantia, promovendo, sem ônus adicional para a Administração, os reparos, ajustes, substituições ou correções que se fizerem necessários para assegurar o pleno funcionamento do sistema implantado.
- Entregar o sistema em perfeitas condições de operação, acompanhado dos documentos técnicos, manuais, relatórios de testes e demais registros necessários à adequada utilização, operação e manutenção pela Administração Municipal.

4. Estimativas das Quantidades para a Contratação

Foi realizado orçamento detalhado, acompanhado por profissional técnico legalmente habilitado, que efetuou o levantamento preciso das quantidades, materiais, equipamentos, mão de obra e serviços necessários para a execução da implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades do Município de Guaiúba/CE. Esse orçamento contempla todas as etapas e intervenções previstas para a plena execução do objeto, incluindo serviços preliminares, mobilização e desmobilização de equipamentos, escavações, assentamento de tubulações, implantação de redes de distribuição, sistemas de captação, adução, reservação, instalações eletromecânicas,

interligações hidráulicas, testes operacionais, recuperação de áreas afetadas e demais serviços indispensáveis ao adequado funcionamento do sistema.

As estimativas foram elaboradas com base em critérios técnicos, nas normas vigentes aplicáveis às áreas de engenharia e saneamento, nas legislações ambiental e urbanística pertinentes e nas boas práticas de execução de obras de infraestrutura hídrica, assegurando precisão, viabilidade técnica, economicidade e transparência ao processo de contratação. O orçamento detalhado considera todas as etapas necessárias à implantação do sistema, desde os levantamentos iniciais e preparação das áreas de intervenção até a conclusão dos serviços, realização de testes, comissionamento e entrega definitiva da infraestrutura, garantindo que o sistema seja executado com qualidade, segurança, eficiência operacional, durabilidade e capacidade de atendimento às necessidades das comunidades beneficiadas.

5. Levantamento de Mercado

A Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE não dispõe de equipe técnica especializada, equipamentos operacionais nem estrutura própria suficiente para executar, de forma direta, os serviços de implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades do município. Trata-se de obra de engenharia que demanda conhecimentos específicos nas áreas de saneamento e infraestrutura hídrica, envolvendo atividades de planejamento, execução e gerenciamento de obras, instalação de redes de distribuição, sistemas de captação, adução, reservação, equipamentos eletromecânicos, além do cumprimento de normas técnicas, ambientais, de saúde pública e de segurança do trabalho, tornando indispensável a contratação de empresa especializada, com experiência comprovada na execução de obras de saneamento básico e abastecimento de água.

A contratação de empresa especializada é fundamental para assegurar a adequada execução do empreendimento, garantindo a qualidade dos serviços, a eficiência operacional do sistema, a segurança da infraestrutura implantada, a durabilidade dos equipamentos e estruturas, bem como a correta aplicação dos recursos públicos e o cumprimento dos prazos e especificações técnicas definidos pela Administração.

A seguir, apresentam-se as modalidades de contratação possíveis, com seus respectivos pontos positivos e negativos, considerando o uso do Pregão Eletrônico e da combinação de Pré-Qualificação seguida de Concorrência, à luz da Lei nº 14.133/2021.

Pregão Eletrônico
Pontos Positivos:

- Rapidez no processo licitatório, em razão de prazos mais reduzidos, possibilitando maior celeridade na contratação e no início da execução dos serviços.
- Maior competitividade, ampliando a participação de empresas e favorecendo a obtenção de propostas potencialmente mais vantajosas para a Administração.
- Transparência e ampla publicidade, uma vez que o ambiente eletrônico facilita o acompanhamento pelos órgãos de controle e pela sociedade.

Pontos Negativos:

- Limitação técnica para o objeto pretendido, considerando que a implantação de sistemas de abastecimento de água envolve obra e serviço especial de engenharia, com elevado grau de complexidade técnica.
- Possibilidade de priorização excessiva do critério de menor preço, sem a adequada avaliação da capacidade técnica necessária para a execução do empreendimento.
- Maior risco de problemas na execução contratual decorrentes da participação de empresas sem experiência suficiente em obras de saneamento e infraestrutura hídrica.

Pré-Qualificação + Concorrência
Pontos Positivos:

- Elevado rigor técnico, permitindo a participação apenas de empresas que comprovem experiência e capacidade operacional compatíveis com a execução de sistemas de abastecimento de água.
- Maior segurança quanto à qualidade da execução dos serviços, mediante análise prévia da qualificação técnica, operacional e profissional das empresas interessadas.
- Competitividade qualificada, restringindo a disputa a empresas efetivamente aptas a executar o objeto, promovendo equilíbrio entre economicidade e qualidade técnica.
- Redução dos riscos de atrasos, falhas construtivas, inadequações operacionais, retrabalhos e problemas relacionados ao desempenho do sistema após sua implantação.
- Maior garantia de que os serviços serão executados em conformidade com os projetos, especificações técnicas, normas ambientais e exigências dos órgãos reguladores.

Pontos Negativos:

- Prazo de contratação mais extenso, em razão da realização da etapa prévia de qualificação técnica.
- Maior complexidade administrativa para condução do procedimento licitatório.
- Possível redução do número de participantes, embora se assegure maior qualificação das empresas habilitadas.

Conclusão

Considerando a relevância da implantação do sistema de abastecimento de água para a promoção da saúde pública, melhoria da qualidade de vida da população, fortalecimento da infraestrutura de saneamento básico e ampliação do acesso à água potável nas comunidades do Município de Guaiúba/CE, bem como a complexidade técnica inerente à execução de obras dessa natureza, recomenda-se a adoção da modalidade de Pré-Qualificação seguida de Concorrência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Embora demande maior tempo e esforço administrativo, esse modelo proporciona maior segurança quanto à capacidade técnica das empresas participantes, reduzindo riscos de execução e assegurando que a implantação do sistema ocorra com qualidade, eficiência, segurança operacional, conformidade técnica e adequada aplicação dos recursos públicos, resultando em benefícios duradouros para a população atendida.

6. Estimativa do Valor da Contratação

Com base no orçamento técnico elaborado por profissional legalmente habilitado, o valor estimado para a execução da implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades do Município de Guaiúba/CE é de **R$ 1.129.889,10 (um milhão cento e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e nove reais e dez centavos)**. Esse valor contempla todos os insumos indispensáveis à execução do objeto, incluindo materiais hidráulicos, tubulações, conexões, reservatórios, equipamentos eletromecânicos, sistemas de captação, adução e distribuição, mão de obra especializada, equipamentos de apoio, serviços técnicos, escavações, recomposição de áreas afetadas, testes operacionais, comissionamento e demais recursos necessários para garantir a qualidade, segurança, eficiência operacional e durabilidade da infraestrutura implantada.

A estimativa apresentada foi elaborada com rigor técnico, observando parâmetros atualizados de mercado, referências oficiais de custos de obras públicas, normas aplicáveis às áreas de engenharia e saneamento, bem como as legislações ambiental, urbanística e de segurança do trabalho pertinentes. O orçamento foi estruturado de modo a assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação, contemplando todas as etapas necessárias à implantação e ao pleno funcionamento do sistema de abastecimento de água.

O valor estimado poderá ser ajustado, de forma devidamente justificada e observadas as hipóteses legais aplicáveis, caso sejam identificadas necessidades supervenientes durante a execução contratual, desde que compatíveis com o projeto, com o interesse público e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a adequada execução do empreendimento.

7. Descrição da Solução

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades do Município de Guaiúba/CE, contemplando a execução de todas as etapas, serviços, fornecimentos e procedimentos necessários para garantir o acesso regular, seguro e eficiente à água potável para as comunidades beneficiadas.

A contratação abrangerá o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra especializada, serviços técnicos e demais insumos indispensáveis à execução integral do empreendimento, compreendendo a implantação das estruturas de captação, adução, reservação e distribuição de água, bem como as instalações complementares necessárias ao pleno funcionamento do sistema. A solução deverá ser executada em conformidade com os projetos, especificações técnicas,

memoriais descritivos, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, legislação ambiental vigente e demais regulamentos aplicáveis aos serviços de saneamento básico.

Os serviços incluirão, entre outras atividades, a mobilização de equipes e equipamentos, execução de escavações, assentamento de tubulações, construção ou instalação de reservatórios, implantação de redes de distribuição, montagem de sistemas hidráulicos e eletromecânicos, interligações necessárias, realização de testes operacionais, limpeza e desinfecção das redes, bem como a recuperação das áreas eventualmente impactadas pela execução das obras.

A solução contempla ainda a realização de ensaios, inspeções, testes de funcionamento e demais procedimentos de controle de qualidade destinados a verificar a eficiência, segurança e desempenho do sistema implantado, assegurando que toda a infraestrutura entre em operação em perfeitas condições de uso. A contratada deverá fornecer suporte técnico durante o período de garantia, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas ou inconformidades identificadas após a conclusão dos serviços.

Sob a perspectiva do interesse público, a implantação do sistema de abastecimento de água constitui medida essencial para promover a melhoria das condições sanitárias, reduzir riscos à saúde pública, ampliar o acesso à água potável e proporcionar maior qualidade de vida à população das localidades atendidas. Além disso, a solução contribuirá para o fortalecimento da infraestrutura de saneamento básico do município, favorecendo o desenvolvimento social, econômico e ambiental das comunidades beneficiadas.

Dessa forma, a contratação da solução proposta apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender às necessidades identificadas pela Administração Municipal, assegurando eficiência, economicidade, sustentabilidade, segurança operacional e efetividade na prestação de um serviço público essencial à população do Município de Guaiúba/CE.

8. Justificativas para o Parcelamento da Contratação

Optou-se por não realizar o parcelamento da contratação referente à implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades do Município de Guaiúba/CE, considerando que as etapas envolvidas são técnica e operacionalmente interdependentes, exigindo planejamento integrado, coordenação contínua e execução sequencial para garantir a plena funcionalidade da infraestrutura implantada.

A execução conjunta e integral dos serviços proporciona maior eficiência na gestão contratual, evitando incompatibilidades técnicas entre diferentes executores, paralisações, retrabalhos, atrasos e dificuldades de integração entre os diversos componentes do sistema de abastecimento de água. O parcelamento da contratação poderia comprometer a uniformidade dos padrões construtivos, a compatibilidade dos materiais e equipamentos empregados, bem como a responsabilidade técnica pela operação e desempenho do sistema após sua conclusão.

Ademais, a contratação unificada possibilita maior controle técnico, financeiro e operacional por parte da Administração, assegurando melhor gerenciamento da

execução, padronização dos serviços, cumprimento dos prazos estabelecidos e adequada aplicação dos recursos públicos. Tal medida também favorece a atribuição clara das responsabilidades contratuais, reduzindo riscos relacionados a falhas de execução, conflitos entre contratados e dificuldades na identificação de eventuais inconformidades.

Dessa forma, considerando a natureza integrada da solução, a complexidade técnica das intervenções e a necessidade de garantir a eficiência, a segurança operacional e a qualidade do sistema de abastecimento de água a ser implantado, conclui-se que a contratação em lote único representa a alternativa mais adequada para o atendimento do interesse público e para a obtenção dos resultados pretendidos pelo Município de Guaiúba/CE.

9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

A contratação de empresa especializada para implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades do Município de Guaiúba/CE tem como objetivo principal ampliar o acesso da população à água potável de forma regular, segura e contínua, promovendo melhorias significativas nas condições de saúde pública, qualidade de vida e desenvolvimento social das comunidades beneficiadas.

Como resultado direto da contratação, espera-se a implantação de infraestrutura adequada para captação, adução, reservação e distribuição de água, possibilitando o atendimento eficiente das demandas das localidades contempladas e reduzindo a dependência de soluções precárias ou emergenciais de abastecimento. A disponibilização de água em quantidade e qualidade adequadas contribuirá para a diminuição dos riscos associados ao consumo de água imprópria, favorecendo a prevenção de doenças de veiculação hídrica e a melhoria das condições sanitárias da população.

Pretende-se, ainda, fortalecer a infraestrutura de saneamento básico do município, promovendo maior segurança hídrica e ampliando a capacidade de atendimento das comunidades, especialmente durante períodos de estiagem ou de maior demanda. Com a implantação do sistema, espera-se reduzir a vulnerabilidade das localidades atendidas, proporcionando maior estabilidade no fornecimento de água e melhores condições para o desenvolvimento das atividades domésticas, educacionais, comerciais e produtivas.

Sob o aspecto da gestão pública, a contratação busca assegurar a aplicação eficiente dos recursos públicos, mediante a execução de uma solução tecnicamente adequada, durável e sustentável, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas frequentes e os custos associados a medidas emergenciais de abastecimento. A execução dos serviços por empresa especializada também contribuirá para garantir o cumprimento das normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis, assegurando qualidade, confiabilidade e desempenho da infraestrutura implantada.

Além dos benefícios imediatos, a solução proporcionará resultados de longo prazo, com reflexos positivos na promoção da saúde, na valorização das comunidades beneficiadas, no fortalecimento das políticas públicas de saneamento básico e na melhoria dos indicadores sociais e de qualidade de vida da população do Município de Guaiúba/CE.

Dessa forma, os resultados pretendidos consistem na ampliação do acesso à água potável, na melhoria das condições sanitárias e de saúde pública, no fortalecimento da infraestrutura hídrica municipal, na promoção da segurança hídrica das comunidades atendidas e na obtenção de uma solução eficiente, sustentável e compatível com as necessidades atuais e futuras do Município.

10. Providências Pré-Contratuais

Antes da celebração do contrato com a empresa vencedora da licitação, serão tomadas as seguintes providências pela Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE para garantir a execução da obra de forma eficaz e conforme o planejado:

1. **Elaboração do Projeto Executivo e Planilha Orçamentária:** Será realizado o detalhamento do projeto executivo, com a definição de todas as etapas da obra, prazos e quantidades necessárias, além de uma planilha orçamentária detalhada, que servirá como base para o acompanhamento financeiro da execução.
2. **Assinatura do Contrato:** Após o processo de licitação e a escolha da empresa vencedora, será formalizada a assinatura do contrato, contendo todas as cláusulas relacionadas à execução da obra, como prazos, responsabilidades, penalidades e demais condições.
3. **Verificação da Regularidade Fiscal e Trabalhista da Empresa Contratada:** Antes da assinatura do contrato, será verificada a documentação fiscal, trabalhista e jurídica da empresa vencedora, garantindo que esta esteja em conformidade com as obrigações legais para a execução do serviço.

Essas providências são essenciais para assegurar a regularidade do processo e o bom andamento da obra, além de garantir que a empresa contratada tenha plena capacidade de executar o serviço com qualidade e no prazo estabelecido.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas ao objeto em questão.

12. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Não foram identificados possíveis impactos ambientais diretamente vinculadas ao objeto em questão.

13. Posicionamento Conclusivo

Após a realização dos estudos técnicos, análise das necessidades identificadas, avaliação das alternativas disponíveis e definição da solução mais adequada para atendimento do interesse público, conclui-se que a contratação de empresa especializada para implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades do Município de Guaiúba/CE mostra-se necessária, viável e plenamente justificável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e social.

A solução proposta atende de forma satisfatória à demanda existente, proporcionando a implantação de infraestrutura essencial para garantir o acesso regular, seguro e contínuo à água potável para as comunidades beneficiadas. Além de

contribuir diretamente para a melhoria das condições de saúde pública, higiene e qualidade de vida da população, a contratação promoverá o fortalecimento da infraestrutura de saneamento básico do município, ampliando a segurança hídrica e reduzindo a vulnerabilidade das localidades atualmente afetadas pela insuficiência ou precariedade do abastecimento.

Os estudos realizados demonstraram que a execução dos serviços por empresa especializada constitui a alternativa mais adequada para assegurar a qualidade técnica da obra, o cumprimento das normas aplicáveis, a eficiência operacional do sistema e a correta aplicação dos recursos públicos. Verificou-se, ainda, que a contratação em lote único é a solução que melhor atende às características do objeto, considerando a interdependência técnica e funcional das etapas que compõem o sistema de abastecimento de água.

A estimativa de custos foi elaborada com base em critérios técnicos e parâmetros de mercado, demonstrando compatibilidade com os serviços a serem executados e observando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento. Os resultados pretendidos evidenciam benefícios permanentes para a população, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à água potável, à melhoria das condições sanitárias e ao desenvolvimento social e econômico das comunidades contempladas.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade e conveniência da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento dos procedimentos administrativos necessários à sua efetivação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, por representar medida de relevante interesse público e fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida da população do Município de Guaiúba/CE.

<table>
<tr><td colspan="3">PREFEITURA MUNICIPAL DE _____</td><td>TIMBRE/BRASÃO</td></tr>
<tr><td colspan="4">CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO</td></tr>
<tr><td>NÚMERO ___/2026</td><td>PRÉ-QUALIFICAÇÃO ___/2026-PQ</td><td>EMISSÃO: __/__/2026</td><td>VALIDADE: __/__/2027</td></tr>
<tr><td colspan="3">Razão Social
XXXXXXX

Endereço:
XXXXXX</td><td>Telefone
(XX) XXXX</td></tr>
<tr><td>Bairro:
XXXX</td><td>Município:
XXXXXX</td><td>UF
XX</td><td>CEP:
XXXXXX</td></tr>
<tr><td>CNPJ
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX</td><td>Inscrição Estadual
XXXXXX</td><td colspan="2">Capital Social (R$)
R$XXXXXXXXXXXXXX</td></tr>
<tr><td colspan="4">Sócios (as):
XXXXXXXXXXXXX</td></tr>
<tr><td colspan="4">O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, E NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº XXX DE XX DE XXXXX DE 2025, CERTIFICA QUE A LICITANTE ACIMA DESCRITA ESTÁ QUALIFICADA PARA PARTICIPAR DA <u>CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXXXXXXXXXXXXX</u>, DESTINADA A XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.</td></tr>
<tr><td colspan="4">XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
AGENTE DE CONTRATAÇÃO</td></tr>
</table>